





Procedimento concursal comum para preenchimento de dois (2) postos de trabalho, na carreira e categoria de Assistente Técnico para exercer funções na Área de Biblioteca e Informação da Faculdade de Farmácia da Universidade de Lisboa

ATA N.º 1

Ao dia um do mês de julho de dois mil e vinte e quatro, pelas 10 horas, reuniu nas
instalações da Faculdade de Farmácia da Universidade de Lisboa, na sequência do
despacho autorizador da Senhora Diretora da Faculdade de Farmácia da Universidade de
Lisboa, de 24 de junho de 2024, o Júri do procedimento em epígrafe, tendo em vista o
preenchimento de dois (2) postos de trabalho para a carreira/categoria de Assistente
Técnico constante no mapa de pessoal não docente da Faculdade de Farmácia da
Universidade de Lisboa, para o exercício de funções na Área de Biblioteca e Informação
constituído por:
Presidente: Maria Isabel Marcelo Barbosa de Campos, Coordenadora da Área de
Biblioteca e Informação da Faculdade de Farmácia da Universidade de Lisboa;
1.ª Vogal Efetiva: Andreia Sofia Pinto Valente, Coordenadora do Núcleo de Gestão
Pessoal da Área de Recursos Humanos e Gestão Documental da Farmácia da
Universidade de Lisboa;
2.ª Vogal Efetiva: Ana Margarida Salvado Casas Novas Dinis, Técnica Superior da Área
de Biblioteca e Informação da Faculdade de Farmácia da Universidade de Lisboa;
A Presidente deu início à reunião propondo a seguinte ordem de trabalhos, nos termos do
artigo 9.º da Portaria n.º 233/2022, de 9 de setembro, que foi aceite por todos:
1. Definição dos requisitos gerais e dos requisitos específicos para o preenchimento
do posto de trabalho de acordo com o respetivo perfil de competências;
2. Fixação dos parâmetros de avaliação de cada método de seleção:
Prova de Conhecimentos (PC);
Avaliação Psicológica (AP);
Avaliação Curricular (AC);
■ Entrevista de Avaliação de Competências (EAC)
3. Sistema de Classificação Final,



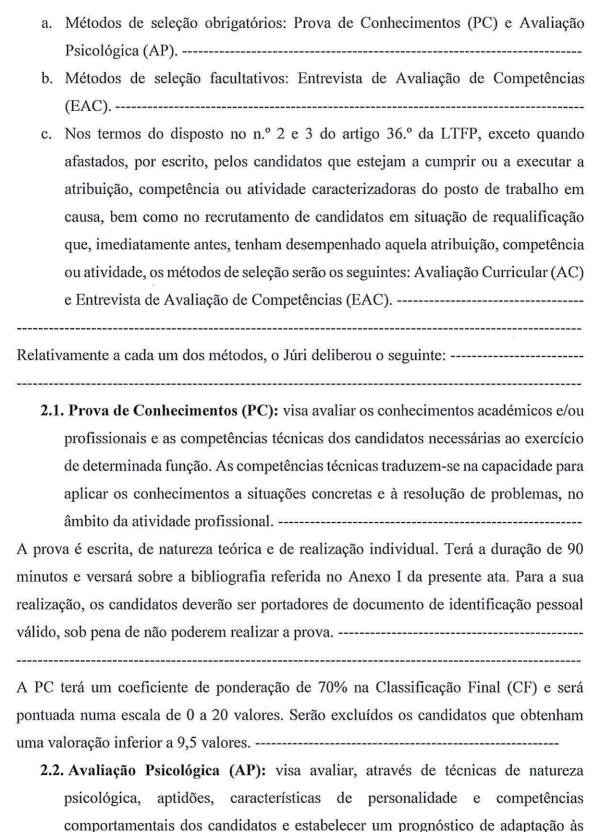




4. Definição e aprovação dos critérios referentes à Prova de Conhecimento
Avaliação Psicológica, Avaliação Curricular e Entrevista de Avaliação d
Competências
Da definição dos itens de trabalho propostos será elaborado o respetivo aviso a publica para abertura de procedimento concursal, tendo em conta o conteúdo das informaçõe autorizadas para a abertura do procedimento.
1. Definição dos requisitos gerais e dos requisitos específicos para preenchimento do posto de trabalho de acordo com o respetivo perfil d
competências:
Os requisitos gerais de admissão a aplicar, até à data-limite para apresentação da
candidaturas, são os definidos no artigo 17.º da Lei Geral do Trabalho em Funçõe
Públicas (LTFP)
Como requisito específico define-se a titularidade do 12.º ano de escolaridade ou d
curso que lhe seja equiparado, nos termos do n.º 1 do artigo 86.º da LTFP
Constituem condições preferenciais:
 Conhecimentos gerais e adequados ao exercício das funções a desempenhar;
 Conhecimentos de informática na ótica do utilizador (ambiente Windows
Outlook, Excel, Word, PowerPoint);
■ Domínio de excelência da língua portuguesa (oral e escrita);
■ Domínio da língua inglesa (oral);
■ Disponibilidade para realizar o encerramento diário dos Serviços;
Gosto e capacidade para trabalhar em equipa;
■ Motivação para o exercício da função;
 Um bom relacionamento interpessoal;
2. Métodos de seleção e fixação dos parâmetros de avaliação de cada método d seleção:
Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 36.º da LTFP, serão adotados os seguinte
métodos de seleção:













exigências do posto de trabalho a ocupar, tendo como referência o perfil de
competências previamente definido
A AP é valorada através das menções classificativas de Apto ou Não Apto, tendo
carácter eliminatório para os candidatos cuja avaliação recaia nesta última menção,
ou que não compareçam à mesma
2.3. Avaliação Curricular (AC): visa aferir os elementos de maior relevância para o
posto de trabalho a ocupar, entre os quais a Habilitação Académica ou nível de
qualificação (HA), a Formação Profissional (FP), a Experiência Profissional (EP)
e a Avaliação de Desempenho (AD)
A AC terá um coeficiente de 70% na Classificação Final (CF) e será pontuada numa
escala de 0 a 20 valores. Serão excluídos os candidatos que obtiverem uma valoração
inferior a 9,5 valores
A classificação da AC será obtida pela soma dos valores dos parâmetros a seguir
indicados, com as seguintes valorações:
Habilitação Académica (HA) (5 valores no máximo)
■ Titularidade de habilitação pedida no aviso (3 valores)
■ Titularidade de habilitação superior à do aviso (5 valores);
Formação Profissional (FP) (6 valores no máximo): A formação profissional,
adquirida nos últimos 5 anos devidamente certificada ou comprovada, cujo conteúdo
seja relevante para o desempenho do posto de trabalho será considerada
Formação profissional específica ao posto de trabalho (4 valores no máximo):
 Sem formação ou ações que não possuam o número de horas (0 valores);
■ Superior a 8 horas e até 20 horas (1,5 valores);
Superior a 20 horas e até 40 horas (2 valores);
Superior a 40 horas e até 60 horas (3 valores);
Superior a 60 horas (4 valores)
As ações de formação adquiridas nos últimos 5 anos, que não se relacionem
diretamente com o conteúdo funcional do posto de trabalho, mas que ainda assim
sejam passíveis de constituir uma mais-valia para o seu desempenho (e só estas),
serão classificadas da seguinte forma:





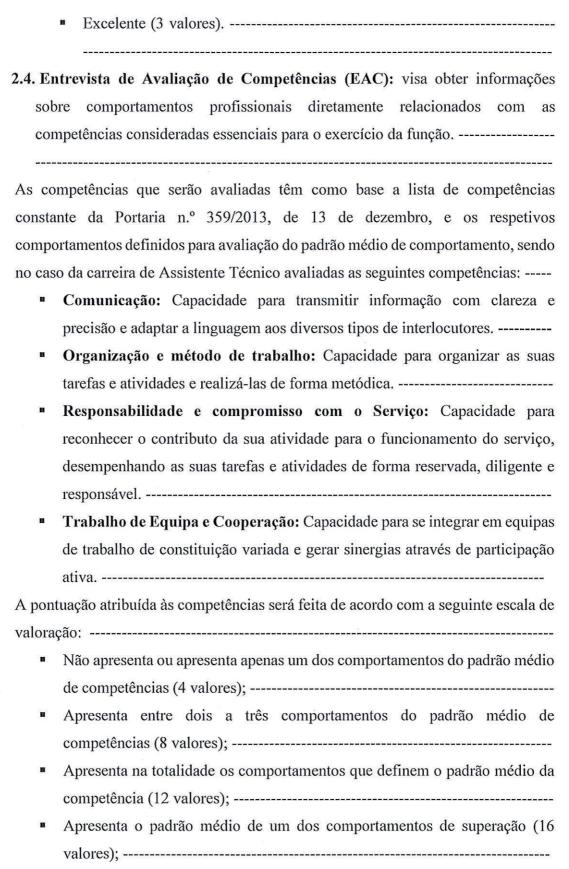


Formação não específica ao posto de trabalho (2 valores no máximo):	
 Sem formação ou ações que não possuam o número de horas (0) valores);
 Superior a 8 horas e até 20 horas (1 valor); 	
Superior a 20 horas (2 valores)	
Experiência Profissional (EP) (6 valores no máximo): A experiênci	ia profissional
será classificada tendo em conta a sua relevância e duração e será avali	iada tendo poi
base a análise do Curriculum Vitae e as declarações passadas pelos	serviços onde
o(a) candidato(a) exerce/exerceu funções	
Relevância da experiência profissional (2 valores no máximo):	
Sem experiência profissional (0 valores)	
 Experiência profissional fora da área funcional a concurso (1 v 	alor);
 Experiência profissional na área funcional a concurso (2 valore 	es);
Duração da experiência profissional (4 valores no máximo):	
Sem experiência profissional (0 valores)	
Experiência nas funções/atividades, superior a 1 ano, fora da áre	ea a concurso,
mas considerada relevante para o mesmo (aplicável quando nã	o se enquadre
nas opções anteriores) (2 valores);	
 Experiência nas funções/atividades a concurso por um períod 	
igual a 2 anos (3 valores);	
 Experiência nas funções/atividades a concurso por um período 	3
anos (4 valores);	
Avaliação de Desempenho (AD) (3 valores no máximo): Será calcu	
aritmética simples da avaliação de desempenho nos últimos 3 biénios	
acordo com a seguinte valoração para cada uma das classificações de	
obtidas:	1
 Adequado ou ausência de avaliação (aplicável aos candidatos 	s sem vínculo.
bem como aos candidatos com vínculo de emprego públ	- 5
avaliação) (1 valor);	
Relevante (2 valores):	















 Apresenta o padrão médio e pelo menos dois dos comportamentos de superação (20 valores).
A classificação final da EAC resulta da média aritmética simples ou ponderada das pontuações atribuídas às competências avaliadas, expressa numa escala de 0 a 20 valores, considerando-se a valoração até às centésimas. Serão excluídos os candidatos que obtiverem uma valoração inferior a 9,5 valores
3. Sistema de classificação final:
A ordenação final dos candidatos que completem o procedimento, com aprovação em
todos os métodos de seleção aplicados, é efetuada por ordem decrescente da média
aritmética ponderada das classificações quantitativas obtidas em cada método de seleção,
expressa numa escala de 0 a 20 valores (n.º 1 do artigo 23.º da Portaria n.º 233/2022, de
9 de setembro), mediante a aplicação da seguinte fórmula:
CF= PC x 70% + EAC x 30%
Para os candidatos que se encontrem na situação descrita na alínea b) do n.º 2 da presente
ata, a Classificação Final (CF) será obtida numa escala de 0 a 20 valores, considerando-
se a valoração até às centésimas, mediante a aplicação da seguinte fórmula:
CF= AC x 70% + EAC x 30%
3.1. Os métodos de seleção são eliminatórios, sendo excluído do procedimento o
candidato que tenha obtido uma valoração inferior a 9,5 valores num dos métodos
ou fases, não lhe sendo aplicado o método ou fase seguintes e tenham obtido a
menção de Não Apto na Avaliação Psicológica
3.2. A Avaliação Psicológica não é valorada
3.3. A falta de comparência dos candidatos a qualquer um dos métodos de seleção
para o qual tenham sido convocados é equivalente à desistência do presente
procedimento concursal, não lhes sendo aplicado o método ou fase seguinte





3.4. Em situações de igualdade de valoração, aplica-se como método de desempate os
critérios estabelecidos nas disposições legais vigentes e posteriormente o critério
da primazia na submissão da candidatura – data e hora
O Júri deliberou ainda aprovar o modelo das fichas de Avaliação Curricular (AC) e da
Entrevista de Avaliação de Competências (EAC), que fazem parte integrante da presente
Ata (Anexos II e III), não acessíveis para consulta
Assiste ao Júri a faculdade de exigir a qualquer candidato a apresentação de documentos
comprovativos das declarações que este efetuou sob compromisso de honra e das
informações que considere relevantes para o procedimento
Nada mais havendo a deliberar, foi encerrada a reunião e decidido lavrar a presente ata,
que depois de lida e aprovada, vai ser assinada por todas as membros do Júri presentes.

A Presidente,

Maria Isabel Marcelo Barbosa de Campos

Coordenadora da Área de Biblioteca e Informação da Faculdade de Farmácia da Universidade de Lisboa

1.ª Vogal Efetiva,

Andreia Sofia Pinto Valente

Coordenadora do Núcleo de Gestão Pessoal da Área de Recursos Humanos e Gestão Documental da Faculdade de Farmácia da Universidade de Lisboa

2.ª Vogal Efetiva,

Ana Margarida Salvado Casas Novas Dinis

Técnica Superior da Área de Biblioteca e Informação da Faculdade de Farmácia da Universidade de Lisboa





Procedimento concursal comum para preenchimento de dois (2) postos de trabalho, na carreira e categoria de Assistente Técnico para exercer funções na Área de Biblioteca e Informação da Faculdade de Farmácia da Universidade de Lisboa

ANEXO

Bibliografia para a Prova de Conhecimentos

Enquadramento geral:

- <u>Estatutos da Universidade de Lisboa</u>, aprovados por Despacho Normativo n.º 14/2019, de 24 de abril, publicado no Diário da República, 2ª Série, n.º 90, de 10 de maio, alterado pelo Despacho Normativo n.º 8/2020, de 4 de agosto, publicado no Diário da República, 2ª Série, n.º 150, de 4 de agosto;
- <u>Estatutos da Faculdade de Farmácia da Universidade de Lisboa</u>, Despacho n.º 6226/2019, de 26 de março;
- <u>Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (LGTFP)</u>, Lei nº 35/2014, de 20 de junho, na sua atual redação;
- <u>Lei do Sistema Integrado de Avaliação do Desempenho na Administração</u> <u>Pública</u> (SIADAP), Lei nº 66-B/2007, de 28 de dezembro, na sua atual redação;
- <u>Código do Procedimento Administrativo</u>, Decreto-Lei nº 4/2025, de 7 de janeiro, alterado pela Lei nº 72/2020, de 16 de novembro;
- <u>Código do Trabalho</u>, Lei nº 7/2009, de 12 de fevereiro, na sua atual redação.

Enquadramento específico:

- Biblioteca da Faculdade de Farmácia Regulamento e Guia do Utilizador (https://www.ff.ulisboa.pt/biblioteca/)
- Recomendações para as Bibliotecas do Ensino Superior de Portugal 2020-2022 (https://zenodo.org/records/3841363)
- Código de Ética dos Profissionais de Informação (https://bad.pt/download/codigo-de-etica/)
- Referencial da Literacia da Informação para o Ensino Superior (https://bad.pt/formacao/projetos/combater_desinformacao/)